

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES



MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

(Processo Administrativo nº 633/2025)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais para decoração da Páscoa Encantada e Natal Iluminado 2025, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE						
Item	Código do produto/ Serviço e CATMAT	Nome do produto/serviço	Qtde	UN	Preço máximo	Preço máximo total
1	29833731 439272	MANGUEIRA TRANSPARENTE DE PVC FLEXÍVEL EM LED, NA COR VERDE com 13mm de diâmetro, 2 fios e 36 leds por metro. A disposição dos leds está disposta a modo que permita uma ampla iluminação independente de sua posição. Eixo de corte a cada 1 metro. Produto para uso externo, de boa resistência. Produto deve acompanhar os kits de instalação necessários contendo: Rabicho transformador de mangueira luminosa de led com mínimo de 1m de comprimento e plug de 2 pinos, soquete de encaixe adequando à mangueira e tampa de vedação em silicone. Tensão 220V. Rolo com 100m	30	ROLO	986,65	29.599,50
2	29833732 439273	MANGUEIRA TRANSPARENTE DE PVC FLEXÍVEL EM LED, NA COR BRANCO FRIO com 13mm de diâmetro, 2 fios e 36 leds por metro. A disposição dos leds está disposta a modo que permita uma ampla iluminação independente de sua posição. Eixo de corte a cada 1 metro. Produto para uso externo, de boa resistência. Produto deve acompanhar os kits de instalação necessários contendo: Rabicho transformador de mangueira luminosa de led com mínimo de 1m de comprimento e plug de 2 pinos, soquete de encaixe adequando à mangueira e tampa de vedação em silicone. Tensão 220V. Rolo com 100m	40	ROLO	982,55	39.302,00
3	29833733	MANGUEIRA TRANSPARENTE DE PVC	40	ROLO	981,45	39.258,00

	346742	FLEXÍVEL EM LED, NA COR BRANCO MORNO com 13mm de diâmetro, 2 fios e 36 leds por metro. A disposição dos leds está disposta a modo que permita uma ampla iluminação independente de sua posição. Eixo de corte a cada 1 metro. Produto para uso externo, de boa resistência. Produto deve acompanhar os kits de instalação necessários contendo: Rabicho transformador de mangueira luminosa de led com mínimo de 1m de comprimento e plug de 2 pinos, soquete de encaixe adequando à mangueira e tampa de vedação em silicone. Tensão 220V. Rolo com 100m				
4	29833734 439274	MANGUEIRA TRANSPARENTE DE PVC FLEXÍVEL EM LED, NA COR VERMELHA com 13mm de diâmetro, 2 fios e 36 leds por metro. A disposição dos leds está disposta a modo que permita uma ampla iluminação independente de sua posição. Eixo de corte a cada 1 metro. Produto para uso externo, de boa resistência. Produto deve acompanhar os kits de instalação necessários contendo: Rabicho transformador de mangueira luminosa de led com mínimo de 1m de comprimento e plug de 2 pinos, soquete de encaixe adequando à mangueira e tampa de vedação em silicone. Tensão 220V. Rolo com 100m	30	ROLO	982,85	29.485,50
5	29833735 604125	MANGUEIRA TRANSPARENTE DE PVC FLEXÍVEL EM LED, NA COR AZUL com 13mm de diâmetro, 2 fios e 36 leds por metro. A disposição dos leds está disposta a modo que permita uma ampla iluminação independente de sua posição. Eixo de corte a cada 1 metro. Produto para uso externo, de boa resistência. Produto deve acompanhar os kits de instalação necessários contendo: Rabicho transformador de mangueira luminosa de led com mínimo de 1m de comprimento e plug de 2 pinos, soquete de encaixe adequando à mangueira e tampa de vedação em silicone. Tensão 220V. Rolo com 100m	10	UN	1.126,85	11.268,50
6	29833736 239922	MANGUEIRA LUMINOSA TRANSPARENTE DE PVC FLEXÍVEL NA COR BRANCO FRIO com no mínimo 36 leds por metro e estrobilhos, sendo 30 leds fixos e 6 estrobilhos, de 13mm de diâmetro e eixo de corte a cada metro A disposição dos leds está disposta a modo que permita uma ampla iluminação independente de sua posição. Produto para uso externo, de boa resistência. Produto deve acompanhar os kits de instalação necessários contendo no mínimo: 5 cabos de força, 5 emendas e 5 capas de terminação 13 mm. Rolo com 100m	5	UN	1.157,32	5.786,60
7	29833737 239922	MANGUEIRA LUMINOSA TRANSPARENTE DE PVC FLEXÍVEL NA COR BRANCO QUENTE com no mínimo 36 leds por metro e estrobilhos, sendo 30 leds fixos e 6 estrobilhos, de 13mm de diâmetro e eixo de corte a cada metro A	5	UN	1.157,32	5.786,60

		disposição dos leds está disposta a modo que permita uma ampla iluminação independente de sua posição. Produto para uso externo, de boa resistência. Produto deve acompanhar os kits de instalação necessários contendo no mínimo: 5 cabos de força, 5 emendas e 5 capas de terminação 13 mm. Rolo com 100m				
8	29833738 290160	MANGUEIRA LUMINOSA TRANSPARENTE DE PVC FLEXÍVEL NA COR AZUL com no mínimo 36 leds por metro e estrobinhos, sendo 30 leds fixos e 6 estrobinhos, de 13mm de diâmetro e eixo de corte a cada metro A disposição dos leds está disposta a modo que permita uma ampla iluminação independente de sua posição. Produto para uso externo, de boa resistência. Produto deve acompanhar os kits de instalação necessários contendo no mínimo: 5 cabos de força, 5 emendas e 5 capas de terminação 13 mm. Rolo com 100m	5	UN	1.005,98	5.029,90
9	29833739 439272	MANGUEIRA LUMINOSA TRANSPARENTE DE PVC FLEXÍVEL NA COR VERDE com no mínimo 36 leds por metro e estrobinhos, sendo 30 leds fixos e 6 estrobinhos, de 13mm de diâmetro e eixo de corte a cada metro A disposição dos leds está disposta a modo que permita uma ampla iluminação independente de sua posição. Produto para uso externo, de boa resistência. Produto deve acompanhar os kits de instalação necessários contendo no mínimo: 5 cabos de força, 5 emendas e 5 capas de terminação 13 mm. Rolo com 100m	5	UN	1.168,98	5.844,90
10	29833740 604125	MANGUEIRA LUMINOSA TRANSPARENTE DE PVC FLEXÍVEL NA COR AMARELA com no mínimo 36 leds por metro e estrobinhos, sendo 30 leds fixos e 6 estrobinhos, de 13mm de diâmetro e eixo de corte a cada metro A disposição dos leds está disposta a modo que permita uma ampla iluminação independente de sua posição. Produto para uso externo, de boa resistência. Produto deve acompanhar os kits de instalação necessários contendo no mínimo: 5 cabos de força, 5 emendas e 5 capas de terminação 13 mm. Rolo com 100m	5	UN	1.173,48	5.867,40
11	29833741 604125	MANGUEIRA TRANSPARENTE DE PVC FLEXÍVEL EM LED, NA COR AMARELA , com 13mm de diâmetro, 2 fios e 36 leds por metro. A disposição dos leds está disposta a modo que permita uma ampla iluminação independente de sua posição. Eixo de corte a cada 1 metro. Produto para uso externo, de boa resistência. Produto deve acompanhar os kits de instalação necessários contendo: Rabicho transformador de mangueira luminosa de led com mínimo de 1m de comprimento e plug de 2 pinos, soquete de encaixe adequando à mangueira e tampa de vedação em silicone. Tensão 220V. Rolo com 100m	5	UN	1.083,57	5.417,85
12	29833742 604125	MANGUEIRA TRANSPARENTE DE PVC FLEXÍVEL EM LED, NA COR ROXO com 13mm	5	UN	1.083,57	5.417,85

		de diâmetro, 2 fios e 36 leds por metro. A disposição dos leds está disposta a modo que permita uma ampla iluminação independente de sua posição. Eixo de corte a cada 1 metro. Produto para uso externo, de boa resistência. Produto deve acompanhar os kits de instalação necessários contendo: Rabicho transformador de mangueira luminosa de led com mínimo de 1m de comprimento e plug de 2 pinos, soquete de encaixe adequando à mangueira e tampa de vedação em silicone. Tensão 220V. Rolo com 100m				
13	29833743 604125	MANGUEIRA TRANSPARENTE DE PVC FLEXÍVEL EM LED, NA COR ROSA com 13mm de diâmetro, 2 fios e 36 leds por metro. A disposição dos leds está disposta a modo que permita uma ampla iluminação independente de sua posição. Eixo de corte a cada 1 metro. Produto para uso externo, de boa resistência. Produto deve acompanhar os kits de instalação necessários contendo: Rabicho transformador de mangueira luminosa de led com mínimo de 1m de comprimento e plug de 2 pinos, soquete de encaixe adequando à mangueira e tampa de vedação em silicone. Tensão 220V. Rolo com 100m	5	UN	1.076,07	5.380,35
14	29833744 239922	CORDÃO DE LED COM ESTROBINHO COM NO MÍNIMO 100 LEDS BLINDADOS VERDE com a cor do fio verde, diâmetro do fio no mínimo 1,8mm para uso externo, 220 Volts, com no mínimo 16 strobinhos e no mínimo 80 leds fixos, com extensão de no mínimo 9 m. Com tomada macho e fêmea para união de até 5 cordões, potência mínima 4,2 w e máxima 6w, IP-44, Cordão contendo resina de proteção na base dos leds, com fonte retificada IP-65. Cor da luz VERDE	150	UN	45,84	6.876,00
15	29833745 439274	CORDÃO DE LED COM STROBINHO COM NO MÍNIMO 100 LEDS BLINDADOS VERMELHO com a cor do fio verde, diâmetro do fio no mínimo 1,8mm para uso externo, 220 Volts, com no mínimo 16 strobinhos e no mínimo 80 leds fixos, com extensão de no mínimo 9 m. Com tomada macho e fêmea para união de até 5 cordões, potência mínima 4,2 w e máxima 6w, IP-44, Cordão contendo resina de proteção na base dos leds, com fonte retificada IP-65. Cor da luz VERMELHO	350	UN	45,84	16.044,00
16	29833746 290160	CORDÃO DE LED COM STROBINHO COM NO MÍNIMO 100 LEDS BLINDADOS AZUL com a cor do fio verde, diâmetro do fio no mínimo 1,8mm para uso externo, 220Volts, com no mínimo 16 strobinhos e no mínimo 80 leds fixos, com extensão de no mínimo 9 m. Com tomada macho e fêmea para união de até 5 cordões, potência mínima 4,2 w e máxima 6w, IP-44, Cordão contendo resina de proteção na base dos leds, com fonte retificada IP-65. Cor da luz AZUL	100	UN	45,84	4.584,00

17	29833747 239922	CORDÃO DE LED COM STROBINHO COM NO MÍNIMO 100 LEDS BLINDADOS BRANCO QUENTE, com a cor do fio verde, diâmetro do fio no mínimo 1,8mm para uso externo, 220 Volts, com no mínimo 16 strobinhos e no mínimo 80 leds fixos, com extensão de no mínimo 9 m. Com tomada macho e fêmea para união de até 5 cordões, potência mínima 4,2 w e máxima 6w, IP-44, Cordão contendo resina de proteção na base dos leds, com fonte retificada IP-65. Cor da luz BRANCO QUENTE	300	UN	45,84	13.752,00
18	29833748 239922	CORDÃO DE LED COM STROBINHO COM NO MÍNIMO 100 LEDS BLINDADOS BRANCO FRIO, com a cor do fio verde, diâmetro do fio no mínimo 1,8mm para uso externo, 220 Volts, com no mínimo 16 strobinhos e no mínimo 80 leds fixos, com extensão de no mínimo 9 m. Com tomada macho e fêmea para união de até 5 cordões, potência mínima 4,2 w e máxima 6w, IP-44, Cordão contendo resina de proteção na base dos leds, com fonte retificada IP-65. Cor da luz BRANCO FRIO	300	UN	45,84	13.752,00
19	29833749 239922	TUBO CILÍNDRICO SNOWFALL BRANCO FRIO de no mínimo 80cm, 220V com rabicho. Cabo de alimentação de 50 a 60cm IP-44 na cor da luz BRANCO FRIO	200	UN	32,56	6.512,00
20	29833750 239922	CASCATA DE 400 A 550 LEDS BRANCO QUENTE com fio branco e diâmetro mínimo de 1,8mm, com 7 fios de cobre para uso externo, 220V, com strobinhos na cor branca. Com caída de no mínimo 40cm e no máximo 70cm. Cascata com tomada macho e fêmea para união. Potência mínima 15w, IP-44. Cascata contendo uma resina de proteção na base dos leds, fonte retificada IP-65. Cor da luz BRANCO QUENTE	100	UN	226,33	22.633,00
21	29833751 239922	CASCATA DE 400 A 550 LEDS BRANCO FRIO com fio branco e diâmetro mínimo de 1,8mm, com 7 fios de cobre para uso externo, 220V, com strobinhos na cor branca. Com caída de no mínimo 40cm e no máximo 70cm. Cascata com tomada macho e fêmea para união. Potência mínima 15w, IP-44. Cascata contendo uma resina de proteção na base dos leds, fonte retificada IP-65. Cor da luz BRANCO FRIO	100	UN	226,33	22.633,00
22	29833752 239922	CASCATA 400 LEDS FIXA COLORIDA com no mínimo 9m de comprimento, com cabo macho e fêmea para união de até 5 conjuntos. IP-44 na voltagem 110V. Cor da luz COLORIDA	50	UN	149,48	7.474,00
23	29833753 239922	CONJUNTO DE CORDÕES COM NO MÍNIMO 100 LEDS BRANCO QUENTE fixos, cor do fio branco, com extensão de no mínimo 9m, diâmetro do fio com no mínimo 1,8mm, potência de no mínimo 4,2w e no máximo 6w IP-44. Com terminal macho e fêmea para a união de até 5 cordões, produto adequado para uso externo, 220V, cor da luz BRANCO QUENTE	150	UN	44,32	6.648,00
24	29833754	CONJUNTO DE CORDÕES COM NO MÍNIMO	100	UN	44,32	4.432,00

	239922	100 LEDS VERMELHA fixos, cor do fio vermelho cristal com extensão de no mínimo 9m, diâmetro mínimo do fio 1,8mm, potência mínima 4,2 w e máxima 6w. IP-44. Com terminal macho e fêmea para união de até 5 cordões, produto adequado para uso externo em 220Volts. Cor da luz VERMELHA				
25	29833755 336803	CORDÃO DE COBRE, FLEXÍVEL PARALELO, CLASSE 4 OU 5 BRANCO 1,5 mm² isolamento em PVC/D, 300v, 2 condutores de 1,5 mm². Cor BRANCO	2.500	M	4,41	11.025,00
26	29833756 336803	CORDÃO DE COBRE, FLEXÍVEL PARALELO, CLASSE 4 OU 5 MARROM 1,5MM isolamento em PVC/D, 300v, 2 condutores de 1,5 mm². Cor MARROM	3.500	M	4,49	15.715,00
27	29833757 443430	CORDÃO DE COBRE, FLEXÍVEL, PARALELO, CLASSE 4 OU 5 BRANCO 2,5MM isolamento em PVC/D, 300v, 2 condutores de 2,5 mm² cor BRANCO	1.000	M	6,96	6.960,00
28	29833758 443430	CORDÃO DE COBRE, FLEXÍVEL, PARALELO, CLASSE 4 OU 5 MARROM 2,5MM isolamento em PVC/D, 300v, 2 condutores de 2,5 mm² cor MARROM	2.000	M	7,00	14.000,00
29	29833759 480825	CORDÃO DE COBRE, FLEXÍVEL, PARALELO, CLASSE 4 OU 5 BRANCO 4MM isolamento em PVC/D, 300v, 2 condutores de 4,0 mm² cor BRANCO	1.000	M	12,14	12.140,00
30	29833760 390141	CABO FLEXÍVEL PVC 750V, 1,5MM PRETO 2 condutores de 1,5mm² na cor preto	3.000	M	4,18	12.540,00
31	29833761 390141	CABO FLEXÍVEL PVC 750V 4MM PRETO , 2 condutores de 4MM² na cor preto	1.000	M	10,17	10.170,00
32	29833762 390141	CABO FLEXÍVEL PVC 750V 6MM PRETO , 2 condutores de 6MM² na cor preto	800	M	13,74	10.992,00
33	29833763 390141	CABO FLEXÍVEL PVC 750V 10MM PRETO 2 condutores de 10MM² na cor preto	500	M	29,95	14.975,00
34	29833764 614213	ABRAÇADEIRA DE NYLON200 x 3,6 mm COR BRANCA para amarração de cabos comprimento de 200 x 3,6 mm cor branca – pacote com 100 unidades	300	PCT	26,35	7.905,00
35	29833765 614213	ABRAÇADEIRA DE NYLON 300 X 3,6MM NA COR BRANCO para amarração de cabos, comprimento 300x3,6 mm na cor branco - pacote com 100 unidades	300	PCT	28,99	8.697,00
36	29833766 614213	ABRAÇADEIRA DE NYLON 300X4,8mm COR BRANCA para amarração de cabos comprimento de 300 x 4,8 mm cor branca – pacote com 100 unidades	100	PCT	32,98	3.298,00
37	29833767 465459	ABRAÇADEIRA DE NYLON 500 x 7,0 mm COR PRETA para amarração de cabos comprimento de 500 x 7,0 mm cor preta – pacote com 100 unidades	200	PCT	92,40	18.480,00
38	29833768 470258	REFLETOR DE LED BIVOLT 10W COR VERDE IP-66 REFLETOR DE LED BIVOLT 10W COR VERDE IP-66	30	UN	33,74	1.012,20
39	29833769 458575	REFLETOR DE LED BIVOLT 50W COR VERDE IP-66 REFLETOR DE LED BIVOLT 50W COR VERDE IP-66	20	UN	40,96	819,20

40	29833770 470258	REFLETOR DE LED BIVOLT 6500K 10W COR BRANCO IP-66 REFLETOR DE LED BIVOLT 6500K 10W COR BRANCO IP-66	20	UN	33,76	675,20
41	29833771 470263	REFLETOR DE LED BIVOLT 6500K 50W COR BRANCO IP-66 REFLETOR DE LED BIVOLT 6500K 50W COR BRANCO IP-66	20	UN	56,44	1.128,80
42	29833772 470258	REFLETOR DE LED BIVOLT 3000K 10W COR AMARELO IP-66 REFLETOR DE LED BIVOLT 3000K 10W COR AMARELO IP-66	30	UN	34,82	1.044,60
43	29833773 458575	REFLETOR DE LED BIVOLT 3000K 50W COR AMARELO IP-66 REFLETOR DE LED BIVOLT 3000K 50W COR AMARELO IP-66	20	UN	40,59	811,80
44	29833774 470258	REFLETOR DE LED BIVOLT 4000K 10W COR BRANCO NEUTRO IP-66 REFLETOR DE LED BIVOLT 4000K 10W COR BRANCO NEUTRO IP-66	30	UN	35,73	1.071,90
45	29833775 458575	REFLETOR DE LED BIVOLT 4000K 50W COR BRANCO NEUTRO IP-66 REFLETOR DE LED BIVOLT 4000K 50W COR BRANCO NEUTRO IP-66	20	UN	47,90	958,00
46	29833776 339103	RELE FOTOELÉTRICO 1000W 220V RELE FOTOELÉTRICO 1000W 220V	50	UN	28,60	1.430,00
47	29833777 398696	BASE PARA RELE FOTOELÉTRICO COM HASTE DE ALUMÍNIO BASE PARA RELE FOTOELÉTRICO COM HASTE DE ALUMÍNIO	50	UN	13,30	665,00
48	29833778 484195	DISJUNTOR BIFÁSICO 20A DISJUNTOR BIFÁSICO 20A	40	UN	39,80	1.592,00
49	29833779 614307	QUADRO DE COMANDO PVC IP-66 160X120X100MM NA COR CINZA QUADRO DE COMANDO PVC IP-66 160X120X100MM NA COR CINZA	30	UN	88,67	2.660,10
50	29833780 415829	FITA ISOLANTE COR PRETO adesiva antichama, uso até 750v em rolo de 19mm x 0,13mm 20m 80° 600w cor preto	200	UN	15,08	3.016,00
51	29833781 415829	FITA ISOLANTE COR BRANCA adesiva antichama, uso até 750v em rolo de 19mm x 0,13mm 20m 80° 600w cor branca	200	UN	13,94	2.788,00
52	29833782 452769	CABO DE FORÇA PARA MANGUEIRA FIXA DE 13MM CABO DE FORÇA PARA MANGUEIRA FIXA DE 13MM	250	UN	17,33	4.332,50
53	29833783 452769	CABO DE FORÇA PARA MANGUEIRA COM ESTROBINHO 13MM CABO DE FORÇA PARA MANGUEIRA COM ESTROBINHO 13MM	250	UN	16,98	4.245,00
54	29833784 452769	CABO DE FORÇA PARA MANGUEIRA FIXA 11MM CABO DE FORÇA PARA MANGUEIRA FIXA 11MM	200	UN	17,08	3.416,00
55	29833785 360563	ESTROBOS DE FIXAÇÃO, LÂMPADA ESTROBOSCÓPICA BRANCO com potência mínima de 10w, 220V para uso externo. Com medidas mínimas de 7,5 x 8cm. No mínimo de 50 a 70 piscas, flashes por minuto com visibilidade plena de até 5km. Não possui led nesse estrobo. Cor da luz BRANCO	200	UN	42,17	8.434,00
56	29833786 239922	CORDÃO COM NO MÍNIMO 100 LEDS FIXO FIO VERDE, BRANCO FRIO medindo no mínimo 2.4 mm blindado IP-65 a prova d água para uso externo comprimento do fio no mínimo	50	UN	44,17	2.208,50

		10 metros, com tomada macho e fêmea, 220 V. Cor da luz BRANCO FRIO				
57	29833787 239922	CORDÃO COM NO MÍNIMO 100 LEDS FIXO FIO VERDE BRANCO QUENTE medindo no mínimo 2.4 mm blindado IP-65 a prova d água, para uso externo, comprimento do fio no mínimo 10 metros, com tomada macho e fêmea, 220 V. Cor da luz BRANCO QUENTE	50	UN	44,17	2.208,50
TOTAL						510.199,25

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A previsão orçamentária para a decoração das celebrações da Páscoa Encantada e do Natal Iluminado não foi contemplada inicialmente no PAC (Plano de Ação orçamentária), uma vez que a demanda por esses serviços estava originalmente sob a responsabilidade de outra secretaria. Contudo, considerando a importância do projeto para o município e a necessidade de ajustes e complementação dos elementos decorativos, torna-se necessário adequar a previsão orçamentária para atender às necessidades atuais, garantindo a continuidade e o sucesso das festividades.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Poderão participar pessoas jurídicas que satisfaçam as exigências de habilitação, e que exerçam atividades compatíveis com o objeto da contratação. Será obrigação da contratada o cumprimento integral de todas as normas legais previstas no Edital, que sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a mesma por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância.

4.2. Nos preços propostos deverão estar incluídas todas as despesas e custos, diretos ou indiretos relacionados com o fornecimento do objeto, como transportes, fretes, seguros, dentre outros.

4.3. As propostas serão criteriosamente selecionadas com base na idoneidade do fornecedor, qualidade, experiência na prestação dos referidos serviços, possibilidade de atendimento de urgência e menor custo.

Sustentabilidade

4.4. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.4.1 Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada se comprometa a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

4.4.2 O reaproveitamento das decorações adquiridas em anos anteriores representa uma estratégia eficiente e sustentável para a decoração de ambientes, alinhando-se aos princípios da economia circular e da redução de desperdícios. Este processo busca maximizar a utilização de itens já existentes, diminuindo a produção de novos artigos e, conseqüentemente, minimizando os impactos ambientais associados à fabricação e descarte de produtos decorativos.

4.4.3 O objetivo principal é reutilizar ao máximo os objetos de decoração já adquiridos, adaptando-os para novos contextos, eventos ou ambientes. A proposta inclui a reorganização de itens, sua customização ou até a incorporação de pequenos complementos que harmonizem com os elementos já disponíveis. Este procedimento visa otimizar recursos financeiros, reduzir a geração de resíduos e contribuir para a sustentabilidade ambiental.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.7. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.7.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.7.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.7.3 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

Margem de Preferência:

8.3. Aplica-se a margem de preferência conforme descrito a seguir:

8.3.1. Fica concedido tratamento favorecido, diferenciado, simplificado e regionalizado de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 21.231/2024.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados da data da solicitação, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Avenida Dedi Barichello Montagner, n.º 520, Centro, Município de Dois Vizinhos/PR.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 3 (três) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.11. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6 Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por

descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor do contrato.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 As peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 Os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº

12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1 O prazo de validade;

8.12.2 A data da emissão;

8.12.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4 O período respectivo de execução do contrato;

8.12.5 O valor a pagar; e

8.12.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta correntes indicadas pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

8.28. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.29. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.30. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.31. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.32. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.33. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

Reajuste

8.34. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 1/4/2025.

8.35. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.36. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.37. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.38. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.39. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.40. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.41. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item, com modo de disputa: aberto e fechado.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

9.24. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.

9.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.29.1 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.29.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.29.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.30. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.31. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.32. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.33. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.34. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 510.199,25 (quinhentos e dez mil, cento e noventa e nove reais e vinte e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Órgão: 07 Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
- II) Unidade: 002 Departamento de Cultura;
- III) Projeto ou Atividade: 13.392.0013.2040 Atividades do Departamento de Cultura;
- IV) Conta de Despesa: 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo;
- V) Fonte de Recurso: 03560 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres);

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Dois Vizinhos, 3 de abril de 2025.

Leda Maria Ferrari
Gestora da Secretaria Mun. de Educação, Cultura e Esportes
Decreto N.º 20806/2024

ANEXO I
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, *(identificar o Contratado)* declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 65E9-8266-0976-874B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ CLARI TEREZA MEREDYK (CPF 028.XXX.XXX-47) em 03/04/2025 14:58:34 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ LEDA MARIA FERRARI (CPF 023.XXX.XXX-70) em 03/04/2025 17:11:31 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ JAILENE DALBOSCO (CPF 037.XXX.XXX-75) em 04/04/2025 08:02:06 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ PAMELA FERNANDA SILVA (CPF 081.XXX.XXX-05) em 04/04/2025 08:07:02 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ BIANCA CRISTINA SCHREIBER (CPF 085.XXX.XXX-35) em 04/04/2025 08:13:21 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/65E9-8266-0976-874B>